



Belo Horizonte
Ano 9
Número 27
Março/Abril — 1989

JORNAL DO PSICÓLOGO



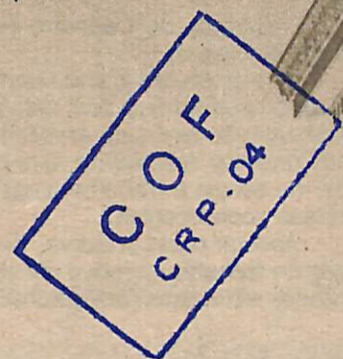
CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIÃO



NESTE
NÚMERO

- Editorial: Cancelamento de inscrições. Pág.: 2
- Novo espaço cultural para a Psicologia. Pág.: 3
- CRP-04 intervém na Constituinte Mineira. Pág. 5
- Entrevista com ex-assessor de Chico Mendes. Pág. 7
- AIDS: Um desafio profissional. Pág.: 8

As
instituições
em questão:
Análise
Institucional



VENUS DE MILO



EDITORIAL

Das igualdades e das diferenças

Um grande esforço tem sido feito no interior do nosso Conselho Regional, pela atual gestão, no sentido de modificar as relações estabelecidas por esta instituição com os psicólogos.

Decorridos dois anos e meio de trabalho, de uma coisa temos certeza: o nosso Conselho pode, deve, e está cumprindo um papel significativo na consolidação e ampliação do espaço profissional dos psicólogos da nossa região, assim como a afirmação da nossa função social enquanto categoria profissional.

Mudamos a cara do CRP-04. Uma série de atividades têm sido desenvolvidas, tais como:

- Gestões junto aos mais diversos órgãos públicos em defesa da profissão;
- Criação de inúmeras comissões, por área de trabalho, dentro do CRP-04, com Saúde, Educação, Divulgação, etc;
- Promoção de Encontros técnicos-científicos;
- Criação de escritórios setoriais pelo interior do Estado;

• Intervenções políticas nas greves que envolvem a categoria;

• Patrocínio à diversos eventos de psicólogos;

• Participação em articulações nacionais em defesa da profissão;

• Ações junto às universidades na questão da formação profissional;

• Procedimentos administrativos internos facilitadores para os psicólogos;

• Intensificação das ações de orientação e fiscalização;

• Fortalecimento da imagem da Psicologia e dos psicólogos junto à sociedade;

• Criação do Cadastro Profissional dos Psicólogos, etc.

A resposta de grande parte da categoria a este esforço tem sido positiva. A participação tem sido ampliada e o nosso Conselho, felizmente, tem sido um lugar de desejo e trabalho. Lugar de fazer coisas acontecerem.

Apostar nesta entidade, enquanto lugar de trabalho coletivo de defesa dos nossos interesses profissionais, não sig-

nifica desconhecer os aspectos "incômodos" do órgão que gerenciamos, como por exemplo, a compulsoriedade da inscrição e pagamento; o seu papel normatizador e fiscalizador, bem como a estreiteza da legislação que o regula. Conjugando os limites institucionais com as potencialidades de intervenções e consolidar o reconhecimento social dos profissionais de Psicologia, têm sido o desafio enfrentado pelo 5.º Plenário. Para enfrentar tal desafio, temos adotado como parâmetro o reconhecimento das igualdades e diferenças que nos constituem, enquanto psicólogos.

A questão do pagamento da anuidades remete-nos à igualdade de deveres que assumimos, compulsoriamente, perante este órgão. Aplicar rigorosamente os recursos arrecadados das anuidades em atividades que possam resultar em efeitos dignificantes para o nosso exercício profissional é responsabilidade perante a qual, enquanto atuais gerenciadores deste órgão, não nos omitimos.

Entretanto, alguns colegas têm se recusado, sistematicamente, a despeito de inúmeras gestões neste sentido, a quitarem seus débitos referentes ao (não) pagamento das anuidades.

Tais colegas, no decorrer da nossa gestão, já foram solicitados através dos procedimentos que se seguem:

30/07/86 — Eleição 86

Correspondência cobrando anuidades dos exercícios de 1981 a 86
09/03/87 — Anuidade 87 — Guia/87 constando débitos anteriores (1982 a 86)

Set/87 — Notificação — Cobrança de Anuidade/87

Set/87 — Contratado o adv. Delson Pereira Barbosa — Cobrança das Anuidades dos exercícios de 1982 a 87

Nov/87 — Notificação — Cobrança de débitos fracionados — de 1982 a 87 — 05/09/87 — Carta Notificatória — Cobrança das Anuidades de 83 a 87.

Considerando o exposto acima, e por justiça àqueles que regularmente têm cumprido com suas obrigações, contribuindo assim para sustentação deste projeto de trabalho, o 5.º Plenário do CRP-04, em sua reunião Plenária do dia 20/02/89 deliberou em observância à lei 5766/89 de 20/12/1971 e aos artigos 10.º e 26, 50 e 62 do Decreto 79.822, de 17/06/77, pelo cancelamento das inscrições dos psicólogos em débito com o CRP-04. Desta forma, ficam impedidos de exercerem a profissão de psicólogo.

Este cancelamento poderá ser revogado com a quitação dos débitos que originaram tal medida.

No próximo número do Jornal do Psicólogo, publicaremos a lista dos que tiveram suas inscrições canceladas.

5.º Plenário.



NOTAS

Escritório Setorial do Triângulo Mineiro

Os psicólogos do Triângulo Mineiro não precisam mais se deslocar para Belo Horizonte quando quiserem entrar em contato com o CRP-04. No dia 03 de dezembro do ano passado, em reunião dos Escritórios Setoriais do CRP-04, foi aprovada a implantação de um escritório em Uberaba, para atender aos psicólogos da região.

Na reunião, o representante do Conselho em Uberaba, o psicólogo Arquimedes de Oliveira Bessa, apresentou condições de instalação do escritório na cidade, entre elas, um convênio firmado entre o representante do CRP-04 e a Prefeitura Municipal, que se comprometeu a ceder um office boy e uma sala para a implantação do Escritório Setorial. No mesmo local, funcionarão também a Associação dos Psicólogos de Uberaba e a representação do Sindicato dos Psicólogos.

Embora a psicóloga Jacqueline Ramos

tenha ponderado que os psicólogos de Uberlândia estariam interessados na implantação do Escritório nesta cidade, foi aprovada a criação da estrutura representativa em Uberaba, por apresentar melhores condições de viabilização do mesmo.

O Escritório Setorial do CRP-04 no Triângulo Mineiro fica na R. Centenário, 382 — Santa Marta, Uberaba, funcionando de 08:00 às 18:00 horas. Telefone: 333.7400, ramais 127/128.

CRP-04 apóia índios do Xingu

No final de fevereiro, o Brasil e o mundo puderam acompanhar uma grande manifestação em defesa da Amazônia. Em Altamira, a 740 km de Belém, acontecia o 1.º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.

Junto às tribos, protestaram cientistas e ecologistas de diversos países. Engrossando a lista de apoio à manifestação, diversas entidades, entre as quais o CRP-04. A participação do Conselho se deu no 1.º Encontro

Nacional das Entidades de psicólogos, realizado em Brasília nos dias 24 e 25 de fevereiro, quando foi assinado um documento conjunto do CFP, todos os Regionais, Federação Nacional dos Psicólogos, Sindicatos e Associações, em solidariedade aos índios do Xingu.

Psicologia Hospitalar

Com o objetivo de elaborar um documento teórico-técnico sobre a atuação do psicólogo nos hospitais gerais e especializados, foi criado, no CRP-04, um Grupo de Trabalho dos Psicólogos Hospitalares.

O grupo pretende, com esse documento, oferecer dados aos profissionais interessados em atuar nesta área, ampliar espaço para uma ação política do CRP-04 junto às instituições empregadoras, bem como ampliar a formação do psicólogo, dando-lhe maiores e novos subsídios nesta frente de trabalho.

Para elaboração do documento, faz-se necessária a participação e colaboração de

todos atuantes e interessados neste campo. Aguardamos contatos pelo telefone do CRP-04: 226.5817, com o coordenador técnico Leandro Vaz.

"Quem é o psicólogo brasileiro?"

Para responder a esta questão, não é preciso muito esforço. Basta consultar o livro editado pelo Conselho Federal de Psicologia, que traz como título a mesma indagação.

Este livro é resultado de pesquisas feitas pelos Conselhos Federal e Regionais, junto aos psicólogos. Nele, estão incluídas as principais áreas de atuação dos psicólogos, nível e fonte de renda, além de especificações quanto ao nível de formação profissional. São 300 páginas de informações sobre o psicólogo brasileiro.

Os interessados podem adquirir o livro, ao preço de NCz\$ 8,00, com Vanessa Nascimento, na sede do CRP-04 — Rua Tomé de Souza, 860/10.º andar, Savassi — Belo Horizonte.





CRP — 04 patrocina projeto cultural

A partir de agora, uma vez por mês, participará do projeto "Sempre Um Papo" uma personalidade que vai discutir com o público questões relacionadas à Psicologia.

Isto é resultado do contrato firmado no dia 10 de abril, entre o CRP-04 e a Empre-sarte — promotora do projeto, através do jornalista Afonso Borges Filho. O Conselho vai patrocinar o evento, dispondo de todo o material necessário de divulgação.

O objetivo é ampliar o espaço de discussão entre os psicólogos, ao mesmo tempo em que aproxima a Psicologia da sociedade. E os primeiros resultados da participação do CRP-04 no projeto "Sempre Um Papo" já são perceptíveis.

O primeiro evento patrocinado pela entidade, realizado no dia 18 de abril, teve como convidado o psicanalista carioca, Juran-dir Freire.

Durante duas horas, ele discutiu com o público que lotava o auditório do BDMG, o tema: "Por Questão de Vergonha: Psicanálise e Moral". A idéia é que o sucesso desta discussão se repita nas outras promoções. Estas devem acontecer na terceira terça-feira do mês, variando de acordo com a disponibilidade do convidado.

O projeto "Sempre Um Papo" acontece todas as terças-feiras, de 20 às 22 horas, no auditório Paulo Camilo Pena — BDMG — Rua da Bahia, 1.600, Belo Horizonte. A entrada é franca.

18 de maio: dia nacional de

Luta Antimanicomial

O Fórum Permanente do Movimento de Saúde Mental de Minas Gerais, está promovendo, pela segunda vez, no Estado, o Dia Nacional de Luta Antimanicomial: 18 de maio. Esta data, também será marcada nos outros estados, a fim de que as discussões em torno do atendimento psiquiátrico sejam ampliadas e passem a contar com a participação de toda a sociedade.

Estas manifestações são contrárias à exclusão do louco, impedido de exercer seu direito de cidadania. São isolados da sociedade, ao invés de terem um atendimento digno. Ou seja, a luta antimanicomial é a busca da unificação nacional em torno de um questionamento das estruturas assistenciais psiquiátricas brasileiras, ainda hoje caracterizadas pela mercantilização da loucura, pela institucionalização da violência, da discriminação e da exclusão, além da conivência dos órgãos governamentais responsáveis pelo setor.

E a Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental/Por uma Sociedade sem Manicômios, está encaminhando a proposta de que todas as manifestações desta data tenham como eixo a denúncia dos privilégios dos grupos privatistas da psiquiatria em detrimento dos investimen-

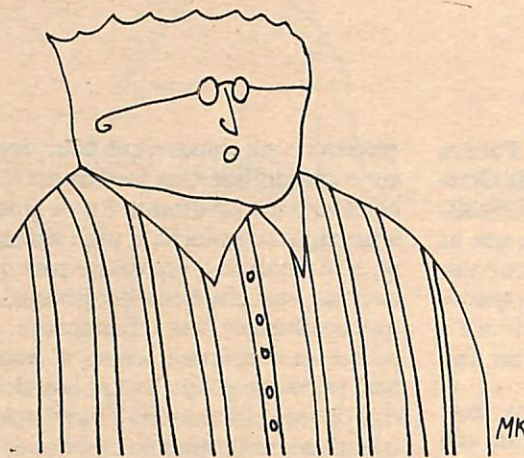
tos nos serviços públicos de assistência à saúde mental, ocorridas hoje no contexto da implantação do SUDS. Além disso, tem como objetivo o questionamento da legislação psiquiátrica vigente, que suprime ao louco os seus direitos básicos de cidadania, para que seja modificada através da legislação ordinária da Constituinte Federal.

A fim de que as discussões sobre a assistência psiquiátrica seja ampliada, o Fórum solicita que os interessados promovam, através de entidades, grupos ou instituições aos quais estão vinculados, manifestações, eventos, debates, entre outros, para marcar o Dia Nacional de Luta Antimanicomial. Seria importante que as iniciativas a serem desenvolvidas sejam comunicadas até as vésperas do dia 18, pois desta forma será possível divulgá-las na imprensa nacional.

Provisoriamente a Secretaria Nacional do Movimento pode ser contactada através de correspondência endereçada para: Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental/Por uma Sociedade sem Manicômios — Conselho Regional de Psicologia — 4ª Região (MG/ES). Rua Tomé de Souza, 860/10º andar — sala 1001 — Funcionários — Belo Horizonte, MG — CEP 30140 — A/C Marcus Vinícius de Oliveira Silva — Tel.: (031) 227.3919/226.5817.

A B C D ?

E F G !



Campanha promove integração dos psicólogos

Também este ano, a COF — Comissão de Orientação e Fiscalização pautou sua atuação, preservando o espaço profissional do psicólogo. Mas o antigo sistema de visitas ao interior sofreu modificações. A partir de agora, estas terão cunho de campanha, visando a integração e a participação dos psicólogos no I Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos.

Trata-se da CID — Campanha de Integração e Descentralização. Através de representantes, associações e dos Escritórios Setoriais, o planejamento das atividades deverá atender às necessidades e interesses locais.

Esta nova forma de atuação da COF vai de encontro aos seus objetivos, entre os quais destaca-se o incentivo à participação dos psicólogos na organização e planejamento das atividades. Além disso, visa atender mais prontamente às solicitações de visitas ao interior e favorecer a participação da ca-

tegoria no Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos.

Durante esses primeiros meses, a COF, através das agentes de Orientação e Fiscalização, visitou empresas, consultórios e clínicas. Além disso, entrou em contato com psicólogos que anunciam cursos na área, com o objetivo de orientação, fiscalização e divulgação dos mesmos.

Embora a tônica do trabalho da COF seja a orientação, a fiscalização também é realizada com rigor. A prova disso é que a visita de uma das agentes à um consultório integrado, onde atuam como terapeutas, psicólogo e profissionais de outras áreas (Pedagogia e Engenharia), resultou no encaminhamento à Assessoria Jurídica de processo de Exercício Ilegal da Profissão. Outros dois processos foram encaminhados ao Ministério Público e Polícia Federal envolvendo duas empresas da área de Recrutamento e Seleção Profissional.

Vem aí o 1º Congresso Nacional
Unificado dos Psicólogos

Agosto: mês de eleições diretas
para o CRP-04 e Federal



A arte — Educação como Escuta Pedagógica e Escuta Analítica

* Luiz Cláudio Ferreira Alves

Trabalho realizado em Escola Pública — pré-escolar e de 1.^a a 4.^a série — da Grande Belo Horizonte, inicialmente como estágio de Psicologia Escolar, permitiu que na sua prática pudesse se delimitar pontos e suscitar posturas hoje importantes para que tenhamos uma posição diferenciada frente a atuação do Psicólogo na Instituição Escola.

Desenvolvido durante dois anos, hoje parece-me que foi um bom tempo para que pudesse vislumbrar perspectivas de atendimento clínico individual ao “aluno problema”, que a escola apresentou-me num primeiro contato. Creio que somente após esse período, em que se deu a intervenção, á que estava autorizado a encaminhar esse ou aquele “caso desviante”, se realmente ele se confirmasse como tal. Antes de atender as solicitações imediatistas da Escola, o Psicólogo escolar deverá ter esgotado as possibilidades de atender dentro da própria instituição os vários desejos que permeiam a relação institucional.

Estando inserido no contexto da relação institucional, tendo como instituição acolhedora a Escola, indivíduos desejantes, por certo, instauração conflitos. Conflito professor-aluno, professor-professor, aluno-aluno, escola-professor, escola-aluno, escola-escola. Se se pretender ser a escola a possibilidade de receber desejos, que o faça não com a tentativa de acolher e sim conviver com a diferença. Nesses dois pontos teremos o conflito impediador e o conflito possibilitador, respectivamente.

Acredito que essas duas posturas vividas no desenvolvimento do trabalho remetem-nos às necessidades prementes para que o fazer da Psicologia Escolar não esbarre no fazer da Psicopedagogia ou mesmo da Psicologia Educacional no dia após dia da Escola. Diferenciações que penso ser necessário explicitá-las conceitualmente em situação oportuna, no momento vale evidenciar sim uma prática que suscitou e permitiu tais posicionamentos.

“A partir do momento em que se insere na estrutura da escola e passa a desempenhar a função de diagnosticista, orientador, consultor, planejador ou treinador, nos moldes em que a psicologia escolar tem definido sua ação, o psicólogo passa a fazer parte desta estrutura hierárquica de mando e se transforma em mais um elemento que vai dizer ao

professor e aos alunos o que fazer, como fazer e quando fazer; na medida em que seu objetivo tradicionalmente é o de promover a adaptação do aprendiz e, mais recentemente, o de monitorar o professor para que ele aumente sua eficiência profissional, sem questionamentos mas fundamentais, o psicólogo se transforma, como o professor, num psicólogo-policia, quer quando lança mão de seus instrumentos de avaliação e de tratamento, embebidos do conceito de adaptação, quer quando dirige professores e alunos no sentido de aprimorá-los quanto à produtividade e à eficiência.” (1)

A pertinente crítica levantada pela Souza Patto evidencia no caso do trabalho aqui relatado, não só uma redefinição frente ao que-fazer do psicólogo escolar mas uma possibilidade de intervenção institucional surgida tendo como objeto de escuta a Arte-Educação.

ESCUA ANALÍTICA E A ESCUTA PEDAGÓGICA

Objetivando inicialmente atender a demanda da escola quanto à atuação do psicólogo escolar, a partir de uma intervenção pela Arte, aqui percebida não como a obra de Arte esteticamente produzida e sim como um meio-argila, tinta, cor, sucata, etc. — possível para suscitar e explicitar algo, o trabalho desenvolveu-se basicamente sobre o tripé aluno-professora-instituição.

“As escolas têm aceito muitas novidades, algumas delas, provenientes da difusão dos conhecimentos psicanalíticos. Por exemplo, a sexualidade infantil, fenômenos transferências dentro da relação professor aluno, os complexos os mais variados desde o Édipo, mas a escola não admite que se ponha em questão as intenções que animam, o seu projeto aqui dito pedagógico. Não admite que ela possa existir e funcionar sob outra justificativa senão curar, consertar, socializar, corrigir.” (2)

Partindo do pressuposto que a Arte-Educação vem, quando empregada, atender um apelo pedagógico, o pedagógico já estaria sendo ouvido quando da intervenção pela Arte. Necessário ouvir o não dito institucional, ou melhor, ouvir o que cabe a nós psicólogos. Devendo ser esta escuta analítica nosso trabalho, buscava-se a cada atividade desenvolvida escutar: o aluno, a professora, a instituição escola.

Com atividades desenvolvidas especificamente dentro da queixa apresentada pelas professoras, em reuniões quinzenais, onde era momento de fala-escuta professora-psicólogo, a atuação direta com o aluno se dava na turma-grupo —, da qual era membro o “aluno ou alunos problemas”.

Tendo como exemplo a queixa “Agressividade” — muito comum e que constitui, segundo Winnicott, por um lado, direta ou indiretamente uma reação à frustração. Por outro lado, é uma das muitas fontes de energia de um indivíduo” (3). Nesse caso, era oferecida à turma queixada a argila, a pintura a dedo como forma de lida prazerosa diferenciada com a agressividade. Era possibilitado ao aluno desejar, frustrar-se e lidar, dentro do contexto institucional, com o Sujeito agressivo.

Outra queixa a mim apresentada, dizia sobre a 3.^a série: “eles não conseguem fazer redação. A 2.^a série escreve redação melhor que eles”. À turma que “não produz”, não levando-se em conta qual era a relação professor-aluno aqui vivida, foi proposto a lida com a literatura, com a possibilidade de fantasiar — criar. Antes, receosos de entrarem em contato com a fantasia proibida institucionalmente, aos poucos foram se aproximando e se permitindo.

De uma série de exercícios literários, a turma embrenhou para a produção, onde a fantasia ganha asas e uma simples régua — falo, poder, posse — desejada pela grande maioria dos alunos/ alunas vira estória de super-herói escolar, magia e cores:

“O lápis tem cor
A borracha tem calor
E a régua o que faz?
Não tem cor nem calor
e tem medo do terror
Mas ela tem um
Poder de poder escrever
De poder falar e andar
E o apontador pode apontar
(Paula — 09 anos)

“Eu sou como a régua,
a que risca contra o vento”
(Moisés — 10 anos)

Transformado em diafilme, que é um processo simples e expressivo de audiovisual, lá estava a turma com a produção literária, antes impossibilitada. Teria a tur-

ma problema de não abstração? Eram incapazes de colocar no papel o solicitado — desejo da professora?

Às professoras e à instituição escolar foi dada a oportunidade de perceberem a diferença e a existência de um desejo diferenciado do desejo delas. Através de atividades que chamei de sensibilização e reuniões de grupo operativo, o professorado era assistido e percebido também como desejantes nessa relação com o outro-institucional.

À ordem instituída na escola, eleva-se a força instituinte dos desejos que permeiam essa relação institucional conflituosa: aluno, professora, escola.

* Psicólogo, professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Alfenas, MG.
Referência Bibliográfica

(1) PATTO, M.^a Helena Souza, *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*, T. A. Queiroz. São Paulo, 1984, pág. 144.

(2) GARCIA, Célio, *Escuta Analítica — Escuta Pedagógica*, texto.

(3) WINNICOTT, D.W. — *As Razões da Agressividade*. IN: *A Criança e Seu Mundo*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, pág. 262.

ALVES, Luiz Cláudio Ferreira, *Relatório Parcial de Estágio em Psicologia Escolar — 1.^o Sem 85/2.^o Sem 85.*

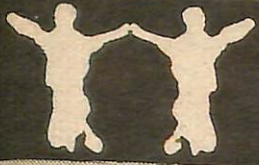
Artigos

Queremos lembrar aos leitores que esta página do *Jornal do Psicólogo* tem sido destinada à publicação dos artigos produzidos por psicólogos ou por outros profissionais.

Se você deseja participar desta seção, escreva-nos, emitindo sua opinião sobre algum assunto relativo à Psicologia ou referente a qualquer tema da atualidade.

Não existe limitação no número de artigos a serem enviados. Mas devem ter, em média, 125 linhas datilografadas, além de serem assinados e acompanhados do número de telefone para contato. Eles serão encaminhados à Comissão de Publicações e Divulgação do CRP-04.

Os interessados devem remeter seu texto ao *Jornal do Psicólogo* — Rua Tomé de Souza, 860/10.^o andar. 30140 — Belo Horizonte, Minas Gerais.



CRP-04 defende a Saúde na IV Constituinte Mineira

O Conselho Geral das Entidades de Saúde, do qual o CRP-04 faz parte, tem participado ativamente da IV Constituinte Mineira. No começo do ano, a Comissão apresentou propostas e sugestões com o objetivo de defender os interesses dos profissionais de saúde e também de seus usuários.

O anteprojeto inicial foi concluído pelo relator Bonifácio Mourão, que o apresentou para ser emendado pelos deputados da Comissão Constitucional. No texto, uma série de conquistas, já consolidadas na Constituição Federal a partir da mobilização dos setores progressistas da saúde, foram, a nível da proposta de Constituição Estadual, contempladas em acordo com a contribuição apresentada pelo Conselho Geral das Entidades. Entretanto, não faltaram dualidades e omissões no anteprojeto.

Por isso, buscando resgatar as responsabilidades do Governo Estadual para com a população, no que diz respeito à saúde; às formas de controle popular dos serviços; e ainda, às relações entre o setor público e o privado, as propostas foram reapresentadas pelo Conselho Geral das Entidades, através de emendas encaminhadas por diversos deputados.

Essas responsabilidades, em algumas seções, ficam ambíguas. Como por exemplo, a que trata "Da Saúde e da Assistência Social". Estes dois conteúdos foram reunidos numa única seção, o que, para a Comissão Geral das Entidades, é uma forma equivocada de tratar o assunto. Isto, porque trata-se de atribuições diferenciadas do Estado. Os serviços de saúde, consagrados de forma universal e igualitária para toda a população, são de competência do Sistema Estadual de Saúde. Já a assistência social deve ser prestada a uma parcela específica da população, a qual vive em condições mínimas de sobrevivência.

O anteprojeto isentou o Estado ainda, do seu dever para com a Saúde. Tanto na Constituição Federal, quanto na proposta das entidades, ficou explícito que a saúde é dever do Estado "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem (...) ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Este artigo, extraído da Constituição Federal, não foi considerado para elaboração do texto mineiro. O acesso às ações e serviços foi tratado com pressuposto do direito à saúde, sem atribuir ao Estado a incumbência de garanti-lo. Além disso, o conceito de Saúde torna-se ambíguo, a partir do momento em que não são especificadas as políticas que irão assegurá-la.

Condição básica

Restrições à participação da população na questão de saúde também estão presentes no anteprojeto, que a limitou às entida-

des especializadas. O Conselho Geral das Entidades reconhece a importância da atuação das formas organizadas de representação. Mas entende que esta restrição reduz uma questão política em mera questão técnica. Além disso, uma condição básica para que o Estado garanta atendimento à população, como a gratuidade, foi suprimida no anteprojeto. O que indica contradição, já que para assegurar o acesso universal e igualitário dos serviços de saúde, pressupõe-se gratuidade de prestação.

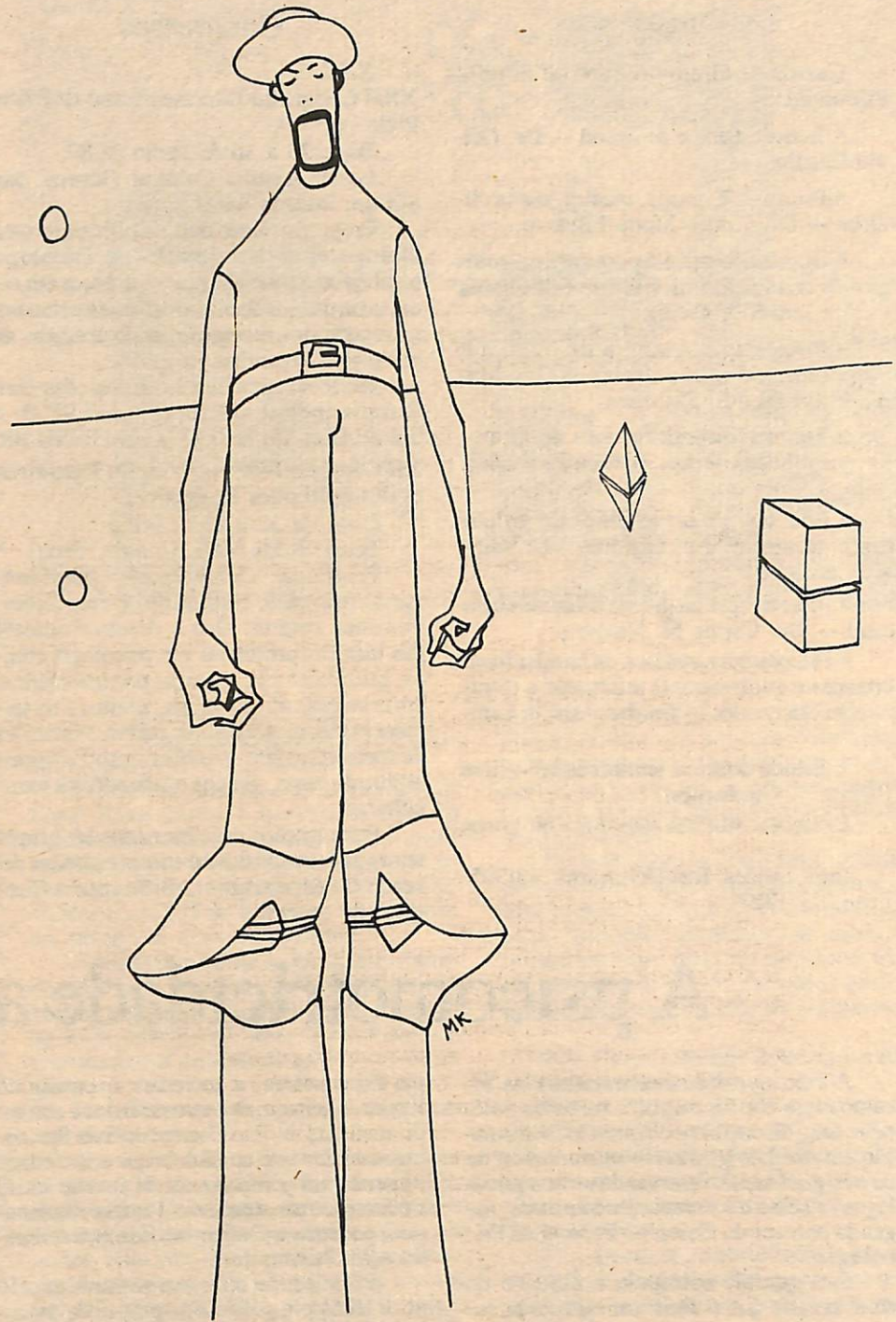
Os direitos de cidadania, reforçados na proposta do Conselho Geral das Entidades, não foram considerados. Mas tendo em vista que é fundamental o reconhecimento dos direitos civis daqueles que apresentam alguma diferença ou deficiência de ordem física ou mental, o Conselho justifica, através de emenda, sua inclusão na Constituição Mineira.

Uma outra emenda, se refere às ações de saúde. "De natureza pública, cabem aos Poderes Públicos Estadual e Municipais disporem, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços contratados de terceiros". Com este texto, espera-se assegurar que as ações de saúde são de responsabilidade dos Poderes Públicos Estadual e Municipais, podendo também, suplementarmente, serem executados pela iniciativa privada, em consonância com as diretrizes emanadas do Poder Público.

Além de ambigüidades, contradições e omissões, aparece também no anteprojeto alguns equívocos. Como por exemplo, o artigo que atribui ao Plano Estadual de Saúde a constituição do Sistema Estadual de Saúde, ao invés das formas e prioridades para o seu funcionamento. O que é incoerente, já que o Plano não é determinante do Sistema.

Também foi necessário ressaltar, através de emenda, que a distritalização dos serviços de saúde — proposta pelas entidades — se difere do conceito de municipalização. Isto, porque a definição "instituição de distritos sanitários" não significa que estes sejam restritos às partes dos municípios, como sugere o anteprojeto.

Quanto aos recursos a serem destinados à saúde, pelo Estado e Municípios de Minas, foi reforçado que o valor mínimo deve corresponder, anualmente, a 15% dos recursos arrecadados respectivamente pelo Estado e pelos municípios. Isto se justifica porque, freqüentemente, a ampliação de recursos transferidos pelo Governo Federal para saúde acaba por provocar uma retração de recursos próprios do Estado e dos municípios. Por isso, torna-se importante prever um volume mínimo de recursos a serem aplicados tanto pelo Estado quanto pelos municípios.



Emendas populares

Estas são algumas das emendas feitas pelo Conselho Geral das Entidades para a área da saúde. Além delas, mais de 1.600 emendas, abordando outros temas, foram propostas pelos deputados ao projeto do relator.

No tema "Saúde", algumas propostas apresentadas por deputados são, inclusive, contrárias aos interesses populares, defendendo concepções elitistas e privatizantes. A partir de agora, o relator deverá apresentar parecer sobre todas as emendas e, posteriormente, deverá apresentar novo anteprojeto.

Caso as emendas defendidas pelo Conselho Geral das Entidades não forem incluídas, restará ainda, na fase final, a sua reapresentação através de emendas populares. Estas devem receber a adesão de, no mínimo, cinco mil eleitores, para que possam ser apreciadas na votação final do Plenário. Cada eleitor poderá assinar, no máximo, três propostas de emendas populares, nas quais constarão o nº de título de eleitor, dado que será checado através de computador.

Assim, os interessados em apoiarem as emendas populares à IV Constituinte Mineira, deverão selecionar cuidadosamente as suas prioridades de participação.

Estranhos e inoportunos visitantes na Amazônia

Nos últimos meses, a proposta de internacionalização da Amazônia foi assunto de destaque no noticiário nacional. E, ao contrário do que muita gente pensa, esta idéia não é novidade no país.

E quem fala disso é Marcos Montezuma, ex-assessor político de Chico Mendes, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, em 83 e 84. Atualmente, ele faz mestrado em História Agrária, com ênfase na disputa pela terra quanto à ocupação do Acre, além de ser assessor do deputado Estadual do PT do Rio de Janeiro, Luiz Paes Sales, para assuntos agrários na Constituição Estadual.

Em entrevista exclusiva ao Jornal do Psicólogo, Montezuma defende o usufruto da terra por parte dos povos da floresta, e acusa as autoridades da região de serem condescendentes com grupos organizados na Amazônia. E, ao mesmo tempo em que critica a postura do Governo frente aos conflitos na região, propõe alternativas de mudança.

P — Como surgiu a proposta de internacionalização da Amazônia, e em quais circunstâncias?

R — A proposta de internacionalização da Amazônia é bem antiga. Mas com a industrialização da borracha no final do século XIX, essa proposta tomou forma através dos investimentos que eram o financiamento da produção gomífera. O principal investidor era a Inglaterra.

Na virada do século, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Domício da Gama, já denunciava as intenções americanas para a Amazônia e particularmente, sua ação no Bolivian Syndicate — era a formação de um sindicato de empresas americanas que iriam explorar economicamente a região boliviana do Acre — hoje território brasileiro. Ali podiam instituir exércitos para defesa do território, podiam fazer acordos e tratados com outros países. Em resumo, podiam agir com a liberdade de uma nação.

Na Segunda Guerra Mundial, os EUA financiaram toda a produção de borracha vegetal da Amazônia. Porém, o Brasil teve que entregar toda a produção para os EUA e aliados.

Favorecimentos

Os governos brasileiros, não é de hoje, vêm desenvolvendo uma política de desenvolvimento da Amazônia que favorece aos capitalistas nacionais e internacionais. A forma de atração de investimentos na região permite derrubadas da floresta sem discriminação alguma, extração dos recursos vegetais, minerais e animais com fins industriais e exportações sem fiscalização, incentivos fiscais e financiamentos e juros baixíssimos com grandes prazos de carência. Além disso, permite a aquisição de grandes extensões de terra sem restrição alguma.

O mais grave é que o Governo entra com a pior parte. Além de abrir a casa para estranhos e inoportunos visitantes, ainda lhes toma empréstimos, para fazê-los entrar.

O entreguismo do Governo é tão grande que, além das facilidades já citadas, ainda faz as obras de infra-estrutura para facilitar a entrada dessas empresas na Amazônia.

É nesse sentido que se coloca hoje o chamado Calha Norte — um projeto do Governo brasileiro, ao longo de toda a fronteira com os países amazônicos, onde está prevista a construção de rodovias, com grande capacidade de operação, construção de quartéis e manutenção de milhares de soldados nessas unidades.

Através do projeto Calha Norte, fatalmente milhares de espécies vegetais e animais serão sacrificados. As populações indígenas, que já vêm sofrendo a ação dos garimpeiros no avanço sobre suas terras e ação de violência sexual praticada contra as mulheres índias serão utilizados como mão-de-obra e como soldados — que vão bater continência para a bandeira de uma nação que não é sua, e da qual não conhecem nem a língua.

P — O Governo brasileiro tem acusado os ecologistas de patrocinarem a internacionalização da Amazônia. O que tem de verdade nisso?

R — Hoje, após o assassinato de Chico Mendes, a mando de integrantes da UDR do Acre, a solidariedade internacional aos povos da floresta é um fato real. Ela tem-se efetivado em alguns casos através da pressão que as entidades e os organismos exercem junto ao Governo brasileiro no sentido de apurar os assassinatos no campo e força o respeito a autodeterminação dos povos da floresta. Da mesma forma, junto aos agentes financeiros internacionais para não emprestarem dinheiro ao Brasil enquanto o Governo não tomar as medidas cabíveis.

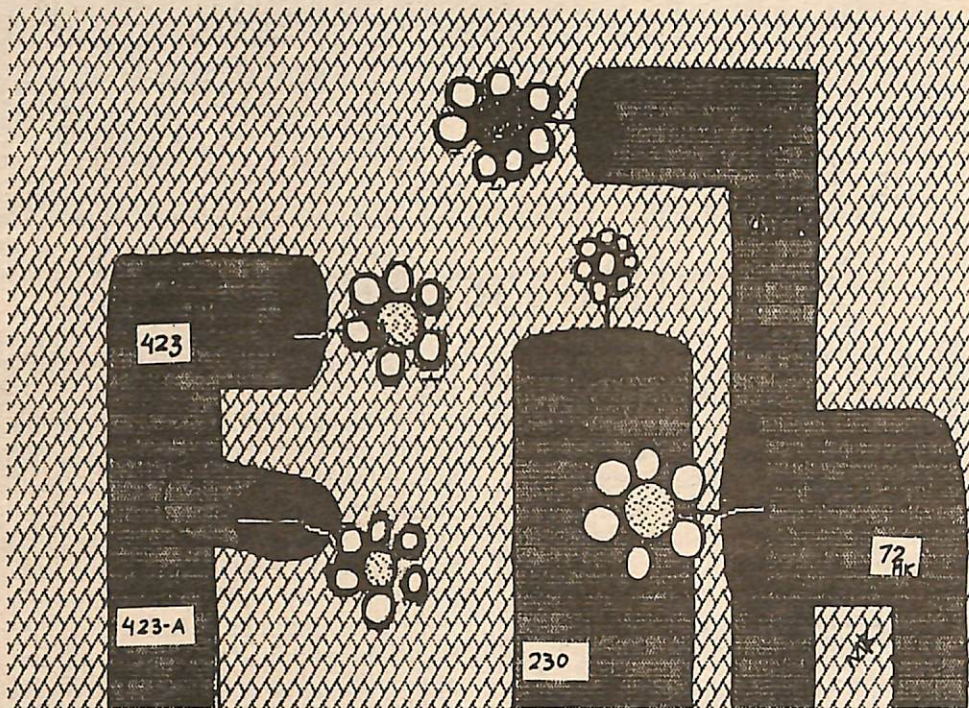
Através desses gestos, o Governo brasileiro só consegue ver a internacionalização da Amazônia, mas é pura guerra de nervos para colocar a opinião pública nacional contra aqueles que clamam por justiça no país, e querem o fim da guerra no campo protagonizada pela UDR.

Usufruto da terra

P — Qual a proposta dos ecologistas para a Amazônia?

R — É uma proposta simples. Basta que o Governo demarque as terras indígenas e dos povos que vivem da coleta dos produtos da floresta. São as reservas indígenas e as reservas extrativistas. A reserva extrativista é a demarcação da terra que é ocupada pelos povos que vivem da extração do que a floresta oferece. Nelas, vão viver os coletores da Castanha-do-Pará, os coletores de ervas medicinais e os seringueiros. Os povos da floresta não querem a propriedade da terra, querem apenas seu usufruto.

Está comprovado que um hectare de floresta virgem na Amazônia produz muito mais do que um hectare com pastagem. Daí o empenho dos povos da floresta para que o Governo os respeite e demarque as reservas extrativistas.



Teia de envolvidos

P — A prisão de Darcy encerra a questão da morte de Chico Mendes?

R — Nós não acreditamos que a prisão de Darcy Alves encerre a questão em torno do assassinato de Chico Mendes, porque temos informações precisas, apuradas através de inquérito paralelo, realizado pelo Comitê Chico Mendes e CUT do Acre, que existem muitos envolvidos nesse assassinato.

A teia de envolvidos é grande, mas é grande também o interesse das autoridades em manter a situação de obscurantismo, porque as forças envolvidas, uma vez descobertas, provocariam a desestabilização do poder vigente.

P — Como atuam os grupos organizados na Amazônia?

R — É do saber de todos que em declaração de um dirigente da UDR, após os leilões de Brasília e do interior paulista, a entidade já possuía dinheiro para comprar setenta mil armas. Essa tem sido a política dessa entidade: dissimular o terrorismo e semear a morte por onde passa. No Acre, os bandos de jagunços armados pelos fazendeiros filiados à UDR, são responsáveis por muitas mortes. Os defuntos aparecem no meio da floresta. Quando descobertos, já não é mais possível identificá-los. A polícia nunca abre inquérito para apurar os culpados. Assim, os casos vão aumentando.

P — O que tem sido feito pelas autoridades da região para conter a atuação desses grupos organizados?

R — Efetivamente não tem sido feito nada, porque o ato mais elementar como prender um fazendeiro através de carta precatória, como foi o caso concreto de Darcy Alves que deveria ser preso dessa forma pelo ex-superintendente da Polícia Federal do Acre, Mauro Sposito, não o foi. Pelo contrário. O policial avisou ao criminoso o que se passava, e ele fugiu. O mesmo Mauro Sposito foi visto com o presidente da UDR no Acre, João Branco, pelo advogado da CUT. O policial apresentou o fazendeiro ao advogado,

confessando-se amigo do mesmo. Quando o Policial Federal foi fazer um desarmamento na região, anunciou por rádio, por jornal, TV, dando tempo para que os exércitos particulares dos fazendeiros debandassem e escondessem suas armas.

Por outro lado, as denúncias dos trabalhadores rurais contra os fazendeiros nunca são ouvidas pelas autoridades constituídas. Então, pelas ilustrações levantadas até agora, nós acreditamos que, enquanto permanecer no poder governos não eleitos pelo povo, mas à serviço dos patrões, essa situação permanecerá.

P — Como conciliar reforma agrária e ecologia na Amazônia?

R — A reforma agrária é proposta para a Amazônia. Hoje, chama-se reserva extrativista, que é totalmente compatível com o desenvolvimento econômico e com o meio ambiente. Isto, porque o extrativismo não destrói a natureza.

P — Quais as consequências que as hidrelétricas, programadas para serem implantadas na Amazônia, podem gerar na região?

R — As hidrelétricas na Amazônia têm trazido grandes desastres ecológicos, porque são destruídas muitas espécies vegetais que propiciam a vida de muitos seres. O exemplo mais recente é a praga de mosquitos que tem-se abatido sobre toda a região que circunda a hidrelétrica de Balbina.

Normalmente a área inundada é muito grande em proporção à energia produzida e lucro dela extraído. A verdade é que as hidrelétricas não têm atingido as metas de produção, e em pouco tempo, tornam-se saturadas em relação à demanda.

Toda a madeira fica submersa, perdendo-se milhões de cruzados novos, que bem poderiam ser utilizados em benefício das populações para atenuar os danos causados.

Outro problema sério é que a formação de grandes lagos, inunda áreas extensas de terras agricultáveis. Quebra a estrutura social e econômica dessas micro-regiões.



AIDS: Questão profissional

Já não é mais segredo para ninguém que a AIDS é uma doença letal, que tem como agravante a rapidez de contágio. Mas o que ainda continua sendo desconhecido pela grande maioria, inclusive pelos mais interessados, é o fato de que o profissional de Psicologia tem uma grande importância na assistência junto aos portadores e também aos doentes.

A AIDS é uma doença fatal como algumas outras. Mas se difere em alguns aspectos das demais, principalmente porque o portador é impedido de negá-la. Afinal, trata-se de uma doença contagiosa. Por isso, a pessoa afetada pelo vírus deve ter uma visão clara de sua realidade, possibilitada através do trabalho do psicólogo.

Em Belo Horizonte, já existem alguns profissionais que trabalham com a questão da AIDS, independente de ter sido levada pelos clientes nos consultórios. É o caso de Mariza Roedel de Oliveira, que tem atuado no ambulatório de Imunodeficiências da UFMG, desde fevereiro de 86. Este centro de atendimento funciona no ambulatório Bias Fortes desde agosto de 1985.

No ambulatório, trabalham mais dois psicólogos, além de Mariza. Quando as pessoas chegam no local, seja desejando realizar um exame, seja para ser atendido. Quando o resultado positivo é confirmado, o primeiro contato é com os psicólogos e também com o assistente social.

Neste primeiro encontro, a pessoa é levada a uma reflexão sobre a decisão de realização do teste. Entretanto, mesmo que a pessoa concorde em realizá-lo, o teste só acontece se indicado por algum médico, ou quando alguma informação a respeito de seu comportamento indique risco de contágio. Mariza explica que esta limitação se deve à grande demanda de pessoas que, mesmo sem possibilidade de contágio, recorrem ao ambulatório em busca de um alívio para suas preocupa-

ções, ou até mesmo à procura de uma definição.

No ambulatório de Imunodeficiências, o paciente também recebe atendimento médico, através do qual são fornecidas todas as informações sobre seu estado clínico. Esta assistência é um componente tranquilizador, especialmente para aqueles cujos testes confirmam o contágio. Neste caso, ele pode perceber que, mesmo sendo um portador do vírus, seu estado de saúde não é motivo para pânico, mas sim de cuidados.

Cabe ainda ao psicólogo, no ambulatório, assistir ao portador quanto à sua decisão de comunicar ou não à família e amigos sobre sua condição. Ele deve ter consciência, e saber decidir se a comunicação é ou não importante, necessária ou favorável a ele.

Mas o ambulatório não funciona sem suas dificuldades e, conseqüentemente, a atuação do psicólogo também sofre algumas restrições. Não há infra-estrutura, o que significa que não é raro faltar recursos e medicamentos. Quando isto acontece, o GAPA — Grupo de Apoio e Prevenção à Aids — é acionado para dar suporte ao ambulatório.

Mas o GAPA não se presta apenas à assistência medicamentosa. E quem fala disso é o vice-presidente da entidade, o psicólogo Roberto Chateaubriand Domingues. Segundo ele, o grupo, composto por vinte pessoas, procura dar assistência àqueles que são indicados ou que os procuram por conta própria.

Por ser uma entidade civil, sem fins lucrativos, os recursos são escassos. E os profissionais, voluntários. Por isso, não é possível um atendimento sistemático mas acompanhamento a portadores e visitas a doentes é uma constante.

Roberto explica que também no GAPA, a pessoa é levada a prestar atenção em si mesmo. Ou seja, através do diálogo, o psicólogo mostra a importância do

reconhecimento da realidade, sem que haja um culpado por tal situação. Isto pode, inclusive, favorecer à pessoa tanto a nível emocional, quanto em sua recuperação física.

Mas muitas vezes, o trabalho do psicólogo do GAPA é interrompido. É que na maioria das vezes, a demanda de quem o procura é emergencial. Ou seja, vencida a etapa crítica, a pessoa desaparece. E só volta a procurar a entidade quando os sintomas reaparecem, lembrando que a doença é uma realidade. E que é preciso saber lidar com ela.

O GAPA, assim como o ambulatório de Imunodeficiências, encaminha os doentes que precisam de atendimento hospitalar ao hospital Eduardo de Menezes. Este é o único centro de referência para internação em casos de AIDS em Belo Horizonte, atendendo também à demanda de quase todos os municípios mineiros. Isto, porque os leitos existentes em Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba ficam restritos às suas respectivas regiões.

Até hoje, já foram internados 100 pacientes no Eduardo de Menezes, com uma média de três internações para cada um. O primeiro contato deles no hospital é com a equipe médica, que os encaminham ao serviço de Psicologia onde trabalha, há mais de dois anos, a psicóloga Conceição Aparecida Pereira Rezende.

Segundo ela, sua proposta inicial de trabalho é direcionada ao momento de internação do paciente. Isto, porque muitos chegam acreditando que a internação é a reta final. “Por causa desta fantasia, o tratamento de muitas pessoas foi adiado, resultando em morte”. Ela ressalta que, para a realização de seu trabalho, é indiscutível a necessidade de contato pessoal com todos os pacientes.

E este trabalho já dá mostras de que é indispensável. Tanto, que a totalidade dos pacientes demanda os atendimentos psicológicos.

Mas Conceição ressalta que é fundamental o trabalho de familiares e amigos, equipe multidisciplinar e do próprio paciente. “O bom prognóstico depende destes três aspectos”.

Apesar de as demandas serem diver-

sificadas, tanto no ambulatório de Imunodeficiências, quanto no Gapa e no hospital Eduardo de Menezes, a preocupação dos psicólogos é uma só: atender ao portador ou doente de AIDS de forma que ele se reconheça enquanto um ser humano e não como um sujeito estigmatizado pela doença.

Limitações

Mas são muito restritas as condições de atendimento. No ambulatório faltam recursos, inclusive de pessoal. No Gapa, idem. E no hospital Eduardo de Menezes a situação se repete, com o agravante de ser o único responsável pelas internações do Estado de forma geral, apesar de os leitos serem reduzidos a cada dia.

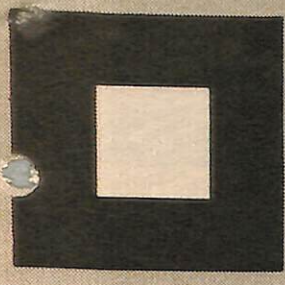
A luta dos profissionais de Psicologia que trabalham em instituições é de que o atendimento seja descentralizado, de forma a dar melhor atendimento a maior número de pessoas. Uma primeira alternativa surgiu há poucos meses. Trata-se do Centro de Atendimento e Prevenção a Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, ligado à Secretaria de Saúde.

Por enquanto, o atendimento a portadores de AIDS não foi iniciado. Mas já deixa dúvidas quanto aos objetivos de sua implantação, uma vez que um ambulatório, restrito a Belo Horizonte, não tem condições de suprir a demanda de todo o Estado.

Impulso de vida

Atualmente, são poucas as instituições que atendem às pessoas que contraíram a AIDS. Mas Mariza Roedel lembra que não está esgotada a possibilidade de abertura ou implantação de instituições ou entidades com esta finalidade. Por isso, o psicólogo deve estar preparado, pelo menos teoricamente, a respeito do assunto. Mesmo porque, a questão da AIDS pode ser levada ao consultório sem que o profissional esteja capacitado para recebê-la.

Além da questão meramente profissional, os psicólogos que atendem aos portadores e doentes, são unânimes ao afirmarem que é muito gratificante o trabalho desenvolvido por eles. E o que não falta é motivo que justifique esta afirmativa: com a AIDS, o impulso de vida sempre prevalece.



Suplemento do Jornal do Psicólogo CRP-04 MG/ES

Belo Horizonte Março/Abril - 1989 Ano II - Nº 08

ESCUTA

Análise Institucional

? i ~ () % ' : = x - + z y x m a n u s
 s t u v w x y z
 A B C D E F G H I J K L M N O P R
 1 2 3 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0
 ? i ~ () % ' : = x - + z y x m a n u s
 s t u v w x y z
 A B C D E F G H I J K L M N O P R
 s t u v w x y z + - x = : , % () ~ ! ?



Análise Institucional, um movimento

Marlene Guirado

Não é tarefa simples falar ou escrever sobre Análise Institucional. Por vários motivos. Primeiro, porque este nome se presta, hoje, a significar, indiscriminadamente, diagnósticos e intervenções ancorados em diferentes modelos teórico-práticos. Depois, porque o movimento mesmo da Análise Institucional, fiel como parece ser às suas questões de origem, não pára de se produzir e rever.

No Brasil, há apenas pouco mais de 15 anos, o trabalho dos psicólogos — historicamente distribuídos entre consultórios, empresas, escolas, hospitais psiquiátricos e universidades — começa a ser percebido, falado, estudado, da perspectiva de ser, ou poder ser, um trabalho “institucional”. As técnicas de intervenção a nível dos grupos, nas organizações de saúde, ensino e trabalho, os grupos operativos e, mais tarde, as tentativas de autogestão passaram a configurar, em alguns círculos profissionais, uma prática freqüente, que buscava sua extensão na forma de disciplinas dos currículos de Cursos de Psicologia (1).

Tendo como parâmetros de um lado, o local, o espaço físico, da intervenção e, de outro, a atuação a nível da “instituição como um todo”, muitas vezes são usados os termos Análise Institucional e Psicologia Institucional, como sinônimos. E, dos referenciais da psicanálise argentina de Bleger, costuma-se transitar para os da psicossociologia francesa de Lapassade ou para a psicologia americana de C. Rogers, sem que as fronteiras entre uns e outros sejam anunciadas.

E como se, na tentativa de ultrapassar os limites de uma atuação psicologizante, os psicólogos se colocassem desafios, complexos demais para preservar um rigor nominalista e/ou teórico.

Há, no entanto, oportunidades de trazer à tona a discriminação. E, ao que parece, este número do ESCUTA é uma delas. A Análise Institucional se coloca em foco e com ela, a circunscrição de um âmbito para compreender as relações sociais, processos grupais e institucionais, bem como um âmbito para intervir a partir do lugar da Psicologia.

Análise Institucional não chega a ser propriamente uma teoria, nem propriamente uma ação direta. É, na realidade, um movimento, na medida em que caminham *pari passu*, tanto as intervenções quanto as teorizações a respeito. O alvo, por sua vez, sempre foi político: a ruptura da lealdade institucional pela decifração das relações instituídas.

Suas raízes teóricas: a Psicologia Social, a Sociologia e a Pedagogia atravessadas, tanto quanto possível, por conceitos marxistas e psicanalíticos.

Suas bases concretas: as experiências da pedagogia institucional que, criticando uma pedagogia autoritária procurou construir uma outra, que redimensionasse o espaço, o tempo e a relação educador — educando; as experiências da psicoterapia institucional que apontavam para uma ação sobre as instâncias institucionais da cura a que se propõe; por fim, as experiências da psicossociologia que se propunham ao estudo e trabalho com pequenos grupos.

Tomando dessas experiências acima, o que delas apresentavam de crítica às instituições, a Análise Institucional vai além, contestando a “natureza” mesma das instituições.

Assim, o termo Análise Institucional, acaba por significar, de um lado, uma determinada concepção do que seja a instituição e uma teoria para sua análise e, de outro, uma forma de intervenção que visa transformá-la, provocando-a, revelando sua estrutura, subvertendo-a (2).

Um movimento que dessa forma se estabiliza, tem paternidade. No caso da Análise Institucional, essa paternidade é, indiscutivelmente, reconhecida: Georges Lapassade e René Lourau.

Apesar de ser de autoria de Lourau o livro que leva o nome do movimento (3), é Lapassade quem mais extensivamente o difunde. E isto, não apenas pelo número de intervenções que promove, como também por sua atitude pessoal que, às sensações e sentidos dos que com eles conviveram numa ou noutra circunstância, impôs-se sempre, como de ostensiva contestação de qualquer que fosse a norma, o regimento ou as leis em questão.

Além disso é de autoria de Lapassade o livro *Grupos, Organizações e Instituições* (4) onde se podem encontrar, com a certeza de um apaixonado, a propositura, a definição e a justificativa da Análise Institucional, o seu teste na realidade social e histórica, bem como sua crítica mais definitiva.

A Análise Institucional se coloca, na ocasião da escritura desse li-

vro, como a revelação, a nível dos grupos, de sua dimensão desconhecida e determinante: a dimensão institucional.

É possível assim apresentá-la porque o conceito de instituição foi depurado de suas conotações no senso comum para significar, agora, não mais a organização — o espaço físico, o estabelecimento, o equipamento. Esta última, embora seja considerada um nível da realidade social que supõe normas jurídicas, não pode ser identificada à instituição.

A instituição passa a ser pensada como uma forma geral das relações; algo como o “inconsciente de Freud (...) não localizável e (...) imediatamente problemático” (5) presente nas ações aparentemente menos significativas sem que isto se dê à consciência. Passa a ser considerada uma dimensão do funcionamento dos grupos (um primeiro de realidade social, segundo Lapassade) e das organizações (um segundo nível), que encontra sua formalização nas leis do Estado, garantia última do instituído.

O Estado, por sua vez, tem, na formulação de Lapassade, o lugar do referente primeiro (e/ ou último) para as relações que se produzem e reproduzem enquanto instituição. É a presença do instituído. Instituído este, que se produz, sempre, num jogo de forças com o desejado, a capacidade de inventar novas formas de relação, com o instituinte. É nessa articulação instituído/instituinte que se fazem as instituições. E, muito embora no processo de institucionalização, o que é instituinte acaba instituído, permanecerá sempre, ainda, na condição de, enquanto movimento, retornar como o reprimido, numa analogia a Freud.

Quando se admitem os movimentos do instituído e do instituinte, o conceito de instituição se *trans-forma* e passa a ser um importante instrumento de análise das contradições sociais.

Lapassade afirma que as instituições são a maneira como a vida social se organiza sobredeterminada como está pela mediação do Estado.

Nessa concepção de organização social, o autor atribui um papel fundamental à burocracia.

Num dos textos mais belos sobre o tema, o autor (6) situa a burocracia antes de tudo como uma questão política: é um certo tipo de relação de poder que atravessa a vida social desde as relações de produção até o lazer, passando pelos partidos políticos, pela pesquisa científica e pela educação. Não se identifica apenas como corpo administrativo do Estado (como diria Marx) ou da empresa (como se costuma pensar). Existe onde quer que se separe *decisão/execução*, e *pensar/fazer*.

A burocracia é, assim, a “organização da separação”. Não se limita às características do âmbito de organizações econômicas e políticas. Significa a *organização no poder*, que penetra todos os poros de existência social.

Com raízes no modo de produção, a burocracia extrapola os limites do capitalismo, atingindo toda e qualquer organização da produção em que determinados grupos (ou classes) distinguem-se dos demais para fazer o controle da política, da educação, da informação e da economia, entre outros.

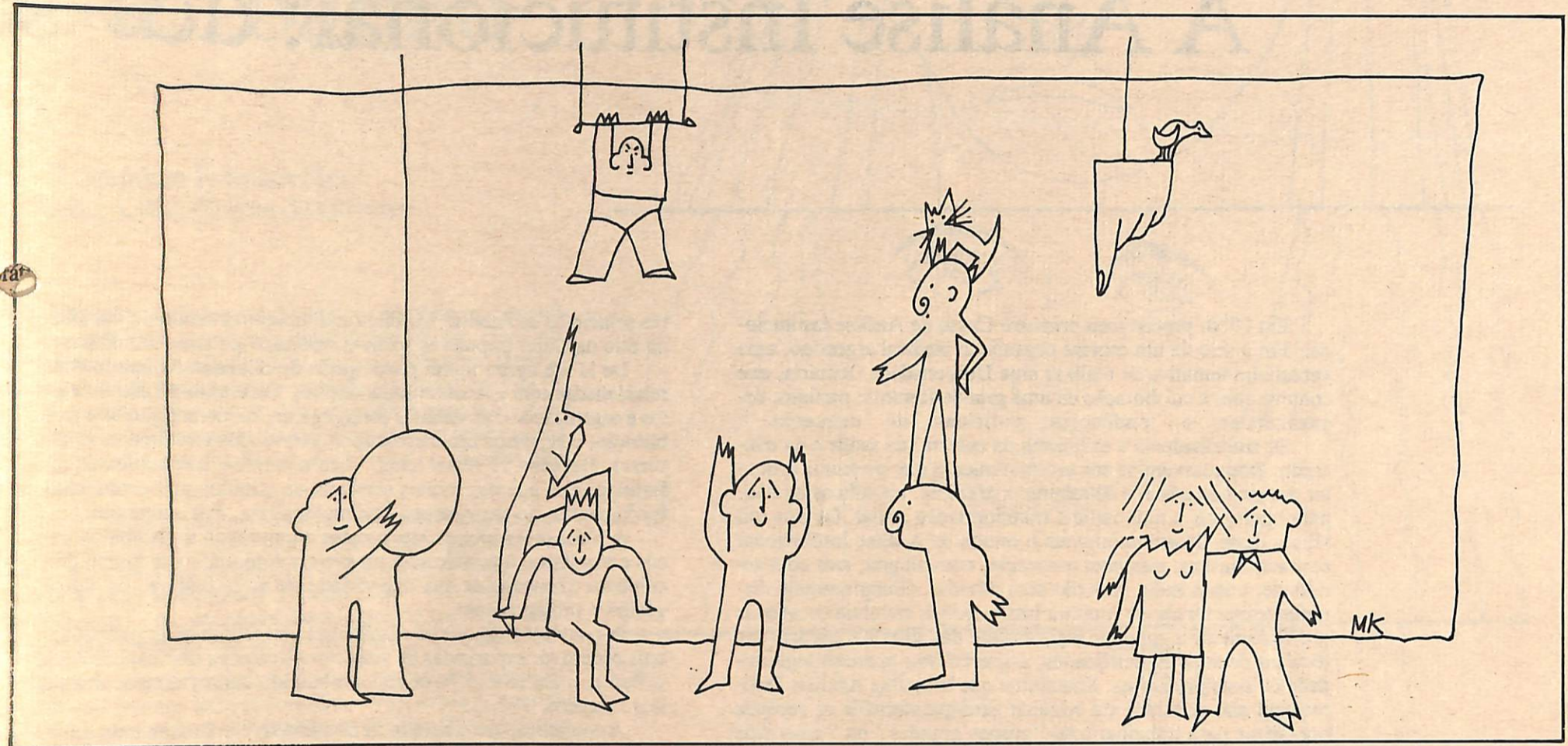
Tradicionalmente, as formas de estruturação do poder burocrático se caracterizam: a) pela “alienação das pessoas nos papéis e dos papéis no aparelho” (7), b) pela natureza impessoal do universo de relação, c) pelo anonimato das instâncias decisórias, d) pela comunicação num sentido apenas, sem previsão de canais de retorno, e) por uma ideologia de saber apoiada em uma pedagogia diretiva, que define cúpula (os que sabem) e base (os que ignoram) e determina a necessidade de aprendizagem para o amadurecimento, f) pela constituição, neste processo, de indivíduos heterônomos “armados de um radar para se adaptar e conduzir no terreno social”, g) pela colocação da organização como um fim em si mesma (autonomia da organização x heteronomia de grupos e sujeitos), e h) pela resistência à mudança salvaguardada pela ideologia do prestígio (o que não tem formalmente o poder, pode tê-lo ao fazer aliança se/ou se submeter à ordem que dele emana).

É com vistas a “provocar” as relações de poder assim estruturadas, que Lapassade propõe a Análise Institucional. Seu objeto é, portanto, o rompimento do ciclo burocrático. Seu alvo é, com isto, a suspensão das instituições dominantes (enquanto dominantes).

Enquanto método de análise, a Análise Institucional, ao redefinir o conceito de instituição, permite compreender o que se passa nos grupos e nas organizações como sobredeterminado pelas instituições de uma sociedade. Enquanto intervenção, propõe-se a ser a *condição concreta para que se revele* o sentido encoberto e reprimido, que tais instituições imprimem.



ESCUTA



No Grupos, Organizações e Instituições (década de 60), Lapassade fala da libertação da palavra social. A via é, nesse momento, essa da intervenção analítica por meio de grupos auto-gestionários que durante mais de década supunha a presença do técnico, o analista das relações. Essa intervenção, em tese, faria chegar ao Estado, decaptando-o, ao "estourar" suas instituições dominantes: a educação, a sexualidade, o casamento, os partidos, entre outros.

A partir da década de 70 — em muito remexida pelos movimentos de 1968 — a Análise Institucional questiona-se (mais uma vez) e não mais se sustenta em suas formas de intervenção que conta com o analista-técnico, no interior das organizações, com vistas à libertação da palavra.

É como se Lapassade (e Lourau) passasse a valorizar a análise como ação. A ação direta. Aquela que se faz pelos grupos mesmos, com suas lideranças, prescindindo do sociólogo, ou do psicólogo, ou de qualquer outro cientista ou técnico.

Mais algum tempo e se anuncia uma outra mudança: da análise pela palavra ou pela ação direta, chega-se à análise do corpo como instituição. Esse corpo, instituição da sexualidade é, ao final da década de 70, o alvo. A libertação do corpo. Nessa ocasião, a nível das experiências concretas, Lapassade passa a trabalhar com recursos que vêm da psicologia existencial-humanista e da bioenergética. Estas, agora repensadas para além de suas conotações individualizantes. Os analisadores grupais, os fatos ou feitos da fala e/ou do corpo que sinalizam o que permanece desconhecido/determinante, são as garantias de que os processos auto-gestionários continuam a via da análise. E esta é suposta cada vez mais, como um evento que faça, de um golpe, a retomada do sentido daquilo que acontece no cotidiano. A ação do analista (ele volta a ter lugar) é a de provocação a partir de uma situação-analisadora (o dinheiro, o pagamento do trabalho dos analistas foi, em muitas das intervenções de Lourau e Lapassade, esta situação). E Análise Institucional traduz-se por crise-análise.

O movimento concreto da experiência, da teorização e da crítica

faz, como se pode notar, da Análise Institucional algo vivo que se coloca até hoje, para alguns, como possibilidade de trabalhar as instituições. Ainda que (e talvez até **felizmente porque**) isto não se faça sem ambiguidades, dúvidas e incertezas. Na realidade é exatamente aí que a Análise Institucional se faz em sua essência: a provocação.

Há aproximadamente 4 anos, venho pensando, falando e escrevendo sobre o tema das instituições. E, de certa forma, em sintonia com as questões que vejo surgir entre os profissionais e estudantes, tenho buscado discutir o tema da especificidade de atuação do psicólogo. O esforço se faz no sentido de estabelecer recortes e/ou níveis de compreensão e intervenção que partam de uma concepção de **sujeito psíquico** como efeito de relações institucionais, um sujeito **no e do** discurso. Um discurso que organiza representação da relação, de forma a ser, sempre, ocasião de colocação do desejo. Um recorte e uma compreensão que aproxima psicologia da psicanálise e, em ambas, anunciam possíveis contatos com a análise de instituição. Uma especificidade que se garante pela atuação mediadamente política e imediatamente psicológica. Com todas as advertências e críticas que esta afirmação do específico possa receber, tem sido a condição de debate e respeito do lugar que os psicólogos têm ocupado no trabalho junto às instituições e organizações, a respeito do caráter político do trabalho psicológico, e... dos alcances e limites do sonho libertário de Análise Institucional...

Mas esta é uma história que fica para uma outra vez...

* Analista institucional, terapeuta, docente no Instituto de Psicologia da USP e presidente do CRP-06. Livros publicados: "Instituição e Relações Afetivas" e "Psicologia Institucional"

Bibliografia
 01) (1) e (2) — Guirado, M. Psicologia Institucional. São Paulo, EPU, 1987
 02) (3) — Lourau, R. Análise Institucional. Petrópolis, Vozes, 1975
 03) (4), (5), (6) e (7) — Lapassade, G. Grupos, Organizações e Instituições. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.



ESCUTA

A Análise Institucional: de “sac

Em 1970, proferi meu primeiro Curso de Análise Institucional. Foi o seio de um enorme organismo sindical argentino, uma verdadeira tentativa de realizar uma Universidade Operária, que contava com a colaboração de uma grande frente de partidos, organizações e tendências políticas de esquerda.

Os trabalhadores e militantes da cultura, da saúde e da educação, interessavam-se por um movimento que pretendia articular um grande número de saberes e afazeres, científicos ou não, para contribuir a uma radical transformação social. Os três mil alunos deste Centro encaravam o estudo da Análise Institucional com entusiasmo, mas com prudência, com alegria, mas com seriedade, com adesão, mas não sem dúvidas. Compreendiam claramente que tornar-se Analista Institucional, envolvia questionar profundamente a aparente legitimidade das teorias e eficácia das técnicas de suas especialidades, assim como a aparente legitimidade de suas profissões. Entendiam que tornar-se Analista Institucional não consistia em adquirir uma parafernália de receitas operativas para trabalhar com “grupos grandes” ou “grupos de pobres”, acrescentando-as apenas a “respeitável” condição de Sociólogo, pedagogo ou psicanalista. Percebiam que virar Analista Institucional exigia assumir uma nova “identidade” específica, profissional e militante, que conjugasse estritamente esses “papéis”, em suma, um “projeto” e um “estilo” de vida completamente diferente do que tinham. “Sacavam” que a condição de “científicos”, “acadêmicos”, “funcionários” ou “profissionais liberais autônomos” não precisa ser “deformada” para conduzi-los ao individualismo, ao burocratismo, ao corporativismo, ao carreirismo, ao elitismo, etnocentrismo, pedantismo etc, etc. O estatuto científico-técnico-profissional não precisa ser “traído” para dar na acomodação, na burrice, no egoísmo e na mesquinha que, segundo dizem, caracteriza os “maus profissionais”. As categorias científico-técnico-profissionais contêm em si mesmas, inerentemente, os valores apropriados para dar nesses vícios e para justificá-los, racionalizando-os com herméticos argumentos teóricos, obscuras justificativas jurídicas e inaproveitáveis rendimentos práticos.

Aqueles aspirantes à Analistas Institucionais sabiam que estavam incluindo-se em uma proposta de reformulação crítica de, nada mais nem nada menos, que toda a civilização ocidental. Proposta imensa e interminável, dura e perigosa, mas a única que, (chame-se Análise Institucional ou como se queira), faz a vida digna de ser vivida.

Aquele movimento da década de setenta, que quase simultaneamente surgiu no Brasil e outros lugares da América Latina, foi brutalmente eliminado, como é sabido, pelas ditaduras dos respectivos países. Talvez seja por isso, por haver sido abruptamente interrompido por uma força externa irresistível, que ficou em minha memória como um exemplo (obviamente idealizado) do que pode chegar a ser uma iniciativa autogestiva (neste caso pedagógica) “en caliente”. “En caliente” quer dizer inspirada nos mais ca-

ros princípios da Análise Institucional, desenvolvendo-se em pleno seio das lutas populares sócio-econômico-político-libidinais.

De lá até agora tenho participado de dezenas de iniciativas relacionadas com a Análise Institucional. Fundação de movimentos e organizações, atividades pedagógicas, de investigação e publicação, congressos internacionais e intervenções institucionais diversas. Dezenas de vezes tenho visto a Análise Institucional reflorescer e os agentes sociais sentirem-se atraídos por emblemas fundamentais do movimento institucionalista. Por exemplo:

A idéia de articular criticamente numerosos recursos teóricos e técnicos, cuja aplicação propicie a retomada por parte dos coletivos alienados de sua capacidade de auto-análise, de autogestão e protagonismo.

A convicção de que as disciplinas científicas e as profissionais podem ser expurgadas de suas cumplicidades intrínsecas com o Poder, o Lucro e o Prestígio, acabando, assim, com a tirania dos “experts”.

A confiança, que liberada da dominação do Estado e da axiomática do Capital, ou seja, do instituído esclerosado, a Potência do Instituinte produtivo será infinita.

Reiteradamente tenho visto todos esses temas despertar o Desejo e a coragem de agentes e usuários. Do mesmo modo, tenho assistido o fracasso de outros tantos empreendimentos autogestivos, pois o equilíbrio de forças era conjuntalmente demasiado desfavorável; quer dizer, porque a apelação do Poder à formas duras ou veladas de violência repressiva, econômica ou política, não era ainda enfrentável para os coletivos em pauta. Ou ainda porque o processo autogestivo sucumbiu a inúmeras e sutis modalidades do individualismo, do sectarismo, etc. Como diz um velho tango “la lucha es cruel y es mucha”.

Também tenho tido oportunidade de assistir ou participar de alguns sucessos, sempre parciais, instáveis, nunca espetaculares nem definitivos. “Tenho visto” quer significar que eu mesmo vivo permanentemente, em minha existência e em minha carne, essa contínua alternância de Desejo, de Inspiração, Valentia e Dignidade que sucumbem à acomodação, ao desalento, a cumplicidade, os quais em meu caso, como no de todo “expert”, adotam a forma de esnobismo intelectual, de estupidez científicista e dondoquismo profissional.

Mas tudo isso não pode surpreender a ninguém que escolheu (ainda que em modesta dimensão) “Viver perigosamente”, como dizia Nietzsche.

Tampouco deve preocupar-nos os preconceitos dos idiotas apaltronados em seus títulos e corporações, os quais, sem ter a menor idéia do que consista a Análise Institucional, (ou qualquer inquietação original e heterodoxa), pontificam sumária e depreciativa — “Isso não é (por exemplo) Psicanálise”... ou Antropologia, ou Semiótica... ou qualquer coisa definida, consagrada e explorável. Os romanos chamavam pejorativamente “bárbaros” a todos os que não falavam latim.



ESCUTA

o” a “barato”

* Gregório F. Baremlitt
Tradução: Cátia Gomes de Oliveira

Igualmente não pode assombrar-nos em absoluto que os polí-
os profissionais e os técnicos-burocratas no Poder sejam cor-
tos ineficientes; que a fé fanática no meio progresso tecnoló-
o invariavelmente se decepcione; que os grandes planos de Es-
o fracassem sistematicamente. E ainda, não é para espantar-se
que os povos, transformados pela propaganda em públicos pas-
os, se tornem colaboracionistas com o Poder ou suicidas indi-
entes.

Como parte deste panorama não é para estranhar-se que muitos
ens “experts” não queiram aproximar-se da Análise Institu-
nal, ou se afastem dela quando já a conhecem, por entenderem
“não serve para fazer muito dinheiro”, que “não dá status”,
“não é chique” ou, paradoxalmente, que “é muito sofisticada”
e “tem que estudar demais”. Em suma: “Um saco”.

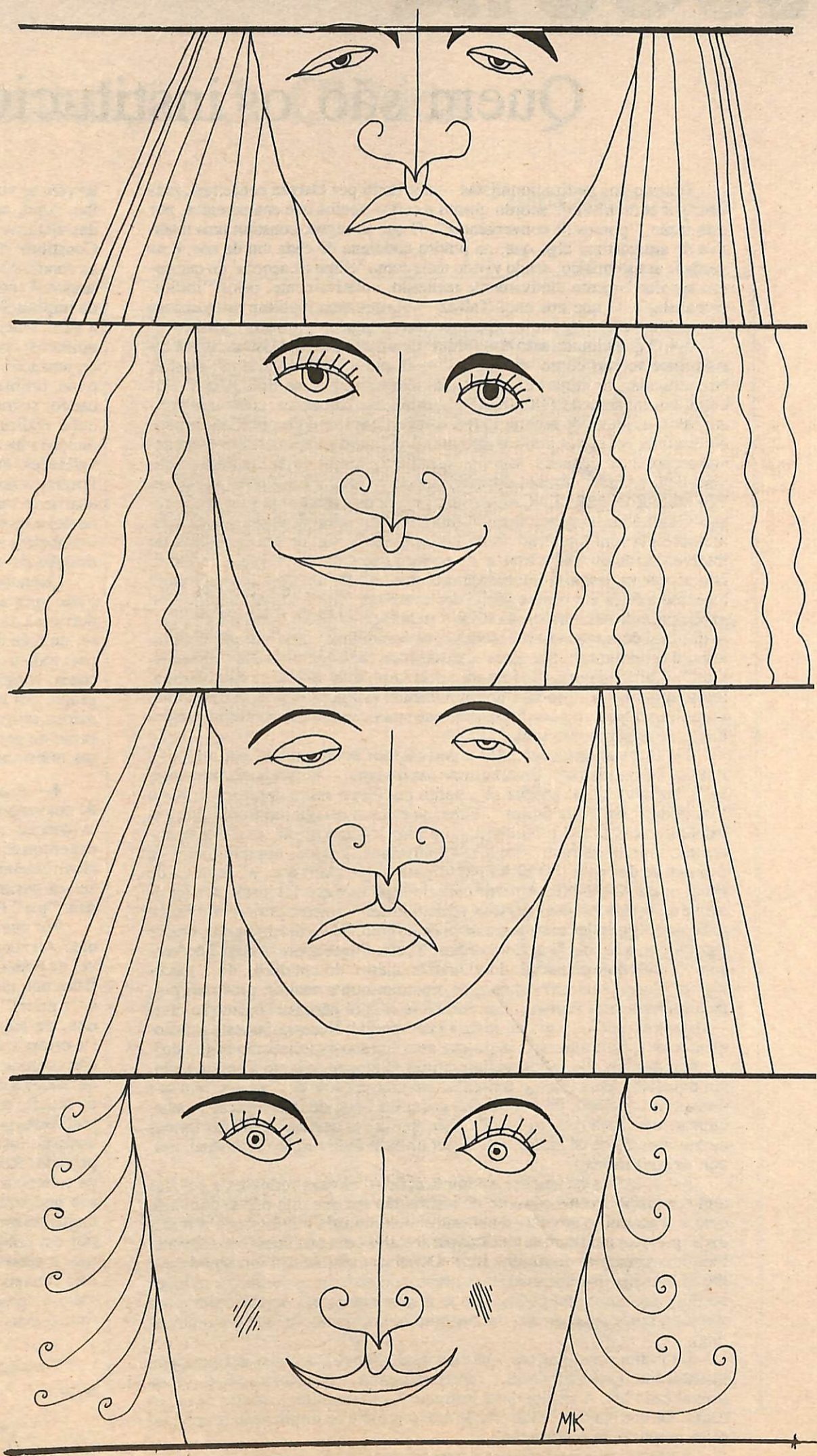
Minha verdadeira preocupação começa quando me parece ad-
tir que o movimento Institucionalista “vira moda”, quer di-
quando as vicissitudes da indústria bibliográfica, do neo-
nialismo cultural e do esgotamento das prestações de servi-
tu. cionais começam a fabricar uma oferta consumista de Aná-
Institucional.

Neste momento, é quando as piores e melhores “Disciplinas
vencionais” tais como as que integram a “Human Engeneie-
”, os adaptacionismos, desenvolvimentismos, participacionis-
e outros variados reformismos psico-sociais (incluindo certa
análise) fazem seu “negócio” acobertando-se sobre o rótulo
“Análise Institucional”. Todas estas abordagens a - críticos,
ca ou dissimuladamente à serviço do instituído, nada fazem
prol da auto-análise nem da auto-gestão dos coletivos de usuá-

Aqui é quando os hierarcas técnicos e profissionais, cujo po-
lucro e prestígio começam a ver-se afetados pela crise gene-
zada, exumam um velho-novo “produto”: a “Análise Insti-
onal” (ou mesmo que fazem antes, ou qualquer coisa com es-
ome encantador). Os “mestres” entusiasmam seus discípu-
no “dernier cri”, estes “vibram” e se lançam festiva e im-
visadamente a praticar o flamante “boom”... fica assim con-
rada a metamorfose: a “Análise Institucional” passou de ser
saco a ser um barato (!) junto aos cultos orientais, ao horós-
o e os regimes para emagrecer.

1989: Não se trata de que a Análise Institucional deva rein-
licar legitimidades científico-acadêmicos nem legalizações
lico-corporativas... mas o movimento institucionalista brasi-
deverá permanecer atento a essas mistificações, se não qui-
naturalizar-se antes de re-nascer.

Analista institucional, psiquiatria e psicanalista argentino. Ele tem desenvolvido ati-
es de investigação, docência, publicações e prestação de serviços em Belo Horizon-
o de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires.



MK



ESCUITA

Quem são os institucionalistas?

* Heliana de Barros Conde Rodrigues

Dizemo-nos **institucionalistas** — não tanto por clareza conceitual, mas sim, por certo nível de acordo quanto a certos pontos que chamaremos, por esta razão, “pontos de convergência”. O que se segue, constitui uma tentativa de sistematizar algo que, na prática cotidiana de cada um de nós, é na verdade assistemático, sendo vivido mais como ‘clima de acordo’ do que como aprofundamento efetivamente realizado, coletivamente, pelos “institucionalistas”. O que nos une? Talvez — apenas uma hipótese provocadora — certa convergência quanto aos quatro pontos abaixo.

1— O questionamento das formas de investigação clássicas, tradicionalmente aceitas como ‘científicas’ — O que a Universidade em geral e, em particular, os cursos de psicologia, têm tratado como PESQUISA? Por certo, um conjunto de TÉCNICAS que carregam, embutidas, como seus pressupostos, as idéias da separação teoria-investigação e do especialista neutro. No entanto, em certas práticas docentes e de supervisão, assim como em novas propostas curriculares, assistimos também à crítica desta “política positivista de pesquisa”, através da prioridade atribuída à PESQUISA-AÇÃO ou PESQUISA-INTERVENÇÃO. A antiga proposta lewiniana vem sendo resignificada à luz do pensamento institucionalista: trata-se, agora, não de uma metodologia com justificativas epistemológicas, e sim de um dispositivo de intervenção no qual se afirma o ato político que toda investigação constitui. Isto porque na pesquisa-intervenção acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos, que é negado implícita ou explicitamente nas versões positivas “tecnológicas” de pesquisa. E se é certo que também surgem novos modelos, ou paradigmas, com base na pesquisa-ação, é certo também que estes se distanciam cada vez mais dos “neutralismos” e “artificialismos”. Passando pela inspiração da clínica e da antropologia, aproxima-se, isto sim, dos movimentos políticos: o pesquisador torna-se, nesta perspectiva, um dispositivo que tenta dar voz ao acontecimento político, ao experimento social.

2— O questionamento dos especialismos profissionais instituídos — Em “O Psicanalismo”, Castel afirma um truísmo: “A Psicologia/psicologiza”. Sabemos disso: produz-se o perito psicólogo assim como se produz o “indivíduo” da “vida íntima”. Cabe, no entanto indagar: se é certo que trabalhamos com níveis psicológicos (ou psicologizados) ou, sendo complacentes, com níveis micro-sociais — indivíduos, grupos, organizações — e é aí que se dá nossa INTERVENÇÃO, não é tão claro que, aí, se tenha de situar nossa ANÁLISE. A partir daquele lugar que nos foi histórica e legalmente designado, não será possível operar um deslocamento estratégico? Exemplificando. Quem demanda nossa intervenção? Indivíduos determinados, grupos específicos, a Escola X, a Comunidade Y, etc. O que aparece nesta intervenção? O nível do existencial, do vivido, do diário, do cotidiano, do... psicológico? Como atuamos? Analisando, coordenando a análise, provocando-a, instrumentando-a. Porém...esta análise se situará necessariamente ao nível — digamos “psi” — em que se dá a intervenção? Necessariamente psicologizaremos e despolitizaremos porque este é nosso especialismo instituído?

Acreditamos que os institucionalistas se situem, quanto a esta questão, em uma linha mais tênue e arriscada: em uma espécie de “aposta” em que o nível do cotidiano, do existencial, possa ser fonte de interrogação, conhecimento e invenção macro-sociais. Esta aposta nos desafia a produzir formas de pro-vocação de tal análise a qualquer nível de intervenção (individual, grupal, organizacional).

3— A ênfase na análise da implicação — Nossas reflexões e práticas têm conduzido a certo conceito de **instituição** em que esta não se confunde com a organização em que trabalhamos (determinada escola, certa comunidade, p.explo) nem com as técnicas particulares com que intervimos (dramatizações, grupos de discussão, etc.). Definimos **instituição** (no sentido que lhe dá a Análise Institucional stricto-sensu) como “certas formas de relações sociais, tomadas como gerais, que se instrumentam nas organizações e nas técnicas, sendo nelas produzidas, re-produzidas, transformadas e/ou subvertidas.

Os institucionalistas (ou analistas institucionais) também instrumentam instituições (produzindo-as, reproduzindo-as, transformando-as e/ou subvertendo-as). A análise desta instrumentação constitui a análise da implicação. De que maneira? Que relação tem esta idéia de implicação com o conceito proposto de instituição?

A questão principal não nos parece resumir-se, ao contrário do que afirma certos autores, à necessidade de analisar a maneira como aquele que in-

tervem se vincula aos indivíduos, grupos e organizações com os quais trabalha. Aqui, estamos ao nível das identificações, rivalidades, ou, no máximo, das alianças e conflitos políticos dentro de certa organização; por exemplo. Constitui o que costuma ser chamado **contratransferência do analista**, que, se conduzida ao nível mais político, denomina-se **contratransferência institucional** (nós a chamaríamos **organizacional**). Quando falamos em análise da implicação, não nos referimos apenas a isto, nem sequer primordialmente a isto. Trata-se, isto sim, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com as instituições em análise naquela intervenção em tal ou qual organização e, de forma ainda mais generalizada, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com **todo o sistema institucional**. Exemplificando: se um grupo de estagiários de psicologia de uma universidade particular realiza uma intervenção em uma escola pública determinada, o que se incluiria na análise da implicação? Evidentemente que as identificações, rivalidades, etc. entre os analistas e os alunos, os professores, a direção, etc. Porém, a nosso ver, fundamentalmente os vínculos com as instituições em análise (a instituição universidade e a instituição escola, de forma mais evidente) e os vínculos com todo o sistema institucional (o público e o privado, o dinheiro, a comunidade científica, o Estado,...e, até mesmo, a própria instituição da análise institucional!!!).

Quando generalizada a todos os agentes e grupos sociais envolvidos — e não apenas limitada aos chamados “analistas” — esta idéia de implicação deriva na de **transversalidade**. Indivíduos, grupos e organizações vinculam-se, de uma forma, ou de outra, tanto com as instituições em análise, quanto com todo o sistema institucional. Rompe-se, assim, a ilusão da totalidade fechada. Ninguém é mais apenas o que aparenta ser (“um” “membro” de “um” grupo, por exemplo). Esta talvez seja uma maneira de compreender a enigmática afirmação de que “estamos atravessados pelas instituições”, assim como de pensar o “coeficiente de transversalidade” (1) alcançado em nossas intervenções e análises.

4— A análise da instituição da Análise Institucional — Este “ponto de convergência” constitui uma necessidade, que se instaura a partir de uma evidência: ao menos no contexto do Rio de Janeiro, as práticas auto-denominadas de Análise Institucional vêm sendo desenvolvidas quase que exclusivamente por profissionais “psi”: são psicólogos, psicanalistas (às vezes ex-psicanalistas...), psicopedagogos,...e, fundamentalmente, profissionais “psi” ligados à instituição escola (os antigos “psicólogos escolares”).

Por que motivo? Funcionando em que direções? Produzindo que demandas? Atendendo a que interesses? Intervindo em que contextos? Com que nível de poder e prestígio? Aliando-se a que grupos e opondo-se a que outros? Estas não são perguntas simples, nem podem receber respostas totalizadoras e “a priori”. **Solicitam que se realizem análises de implicação contextualizadas, no bojo de intervenções concretas.** Exemplificando: como comparar “a priori”, digamos, uma pesquisa-ação institucional realizada em uma creche comunitária, a pedido de uma associação de moradores, por mestrandos de psicologia, a postura dita institucional dos psicólogos do município do Rio de Janeiro em sua atuação junto às escolas da rede pública, e as intervenções realizadas por grupos privados, na qualidade de empresas ou associações de analistas institucionais, a pedido da direção de estabelecimentos públicos ou privado? Rejeitadas as análises totalizadoras e apriorísticas, percebemos que os conceitos que possamos vir a produzir teoricamente quanto a este ponto são inseparáveis de sua gênese social. Pedem análises de nossa implicação enquanto profissionais “psi” ditos “institucionalistas”, nas quais possamos por em prática certa capacidade de interrogação social, ao invés de aderirmos a certas formas de corporativismo, ou “defesa de interesses profissionais a certos”. Pois se a Análise Institucional já aparece, por vezes, com uma valiosa “propriedade” dos psicólogos, a análise desta institucionalização constitui o mais novo desafio com que nos confrontamos.

*Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Santa Úrsula e da UERJ

NOTA

(1) No artigo “A Transversalidade”, publicado em *Revolução Molecular*, F. Guattari usa, para ilustrar a noção de coeficiente de transversalidade, a seguinte analogia: “Coloquemos num campo fechado cavalos com viseiras reguláveis e digamos que o ‘coeficiente de transversalidade’ será justamente esta regulagem das viseiras... À medida que formos abrindo as viseiras, pode-se imaginar que a circulação se realizará de maneira mais harmoniosa”.



ESCUTA

A Instituição da Clínica

* Maria Beatriz Sá Leitão

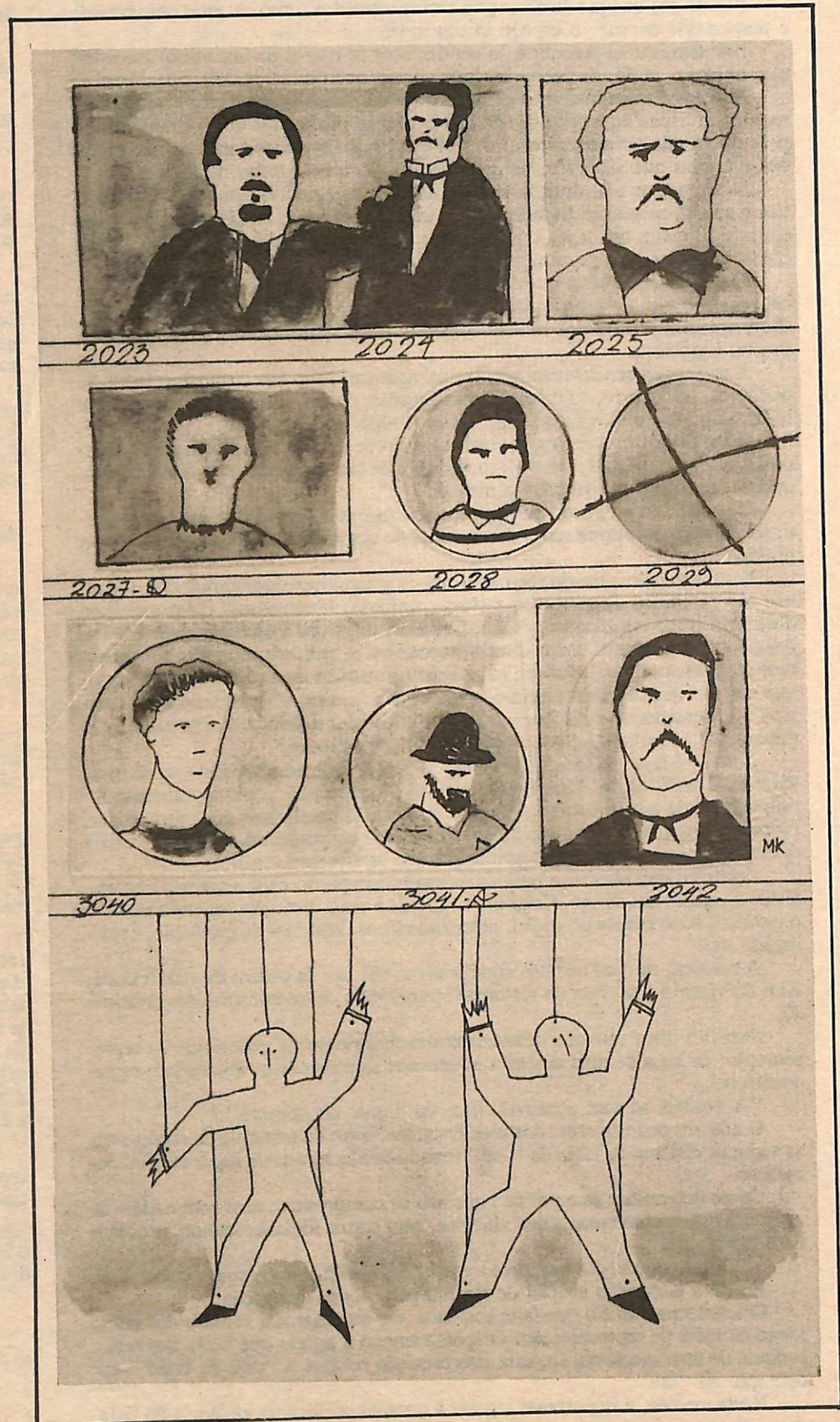
Quando mencionamos a Clínica, referimo-nos a uma prática social concreta, exercida nas organizações, sejam de âmbito público ou privado. Um pequeno consultório, ou um hospital, pressupõem uma organização onde há uma prática clínica. Um atendimento domiciliar ou uma consulta nas ruas, também sugerem a presença de micro-organizações e atividades clínicas. Mais difícil é reconhecermos que, numa palestra sobre saúde, num diálogo entre amigos ou num discurso político de um líder comunitário, poderá estar acontecendo uma promoção — ou exercício — clínico. Seja qual for o local ou a relação existente, a instituição Clínica, que não é uma organização, se faz presente, percorrendo vários âmbitos. Através dos registros, idéias, imagens que detemos e captamos, emitimos e construímos, vamos compondo e anunciando essa instituição. O acontecimento clínico — prática — concreta tem, portanto, diversos “rostos”. Cada fato-acontecimento constitui-se numa configuração especial: a “instituição” é mutante e também surge de maneiras diversas. Os agentes envolvidos, a organização, a história, as percepções e idéias em jogo e inúmeros outros fatores irão determinar a singularidade. Não há espontaneidade nisso, mas uma múltipla produção que concorre para algo ser de um jeito e não de outro.

Refirimo-nos à multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação, fabricada no registro do social e vivida por cada um de nós.

Quando afirmamos “eu”, estamos dizendo que, como co-produtores de subjetividade, estamos veiculando uma produção de saberes, acontecimentos e idéias que nos afetam e se tornam componentes de nossos discursos e atitudes. Viver essa subjetividade pressupõe uma relação submetida, alienada e reprodutora, ou uma relação reapropiadora dos seus componentes, onde a criação produz outras singularidades. Desde esse ponto de vista, podemos considerar que a produção de subjetividade inclui mecanismos inconscientes ou não, advindos das relações de produção e poder, aspectos dos movimentos coletivos e outros determinantes. Alguns são poderosos, já que percorrem com fluidez e repetidas vezes o espaço social.

Se queremos pensar a prática clínica, tendo em vista essa produção de subjetividade, alguns interrogantes se fazem necessários. O que reconhecemos por Clínica e prática clínica? Como esta instituição está sendo veiculada? Quais os mecanismos de controle e organização social que estão presentes em esta, ou aquela situação? O que produz o nível de consumo e imagem? O que, efetivamente, constitui-se no ato clínico? Quais os aspectos transformadores e opressores?

Aprender, para reproduzir o exercício clínico, tem sido a prática corrente. Interrogá-lo, enquanto produção social, é uma proposta política.



* Psicóloga, psicanalista



A Dimensão da Política no Âmbito Institucional

* Marisa Estela Sanabria Tejera

Como poderíamos pensar a instituição hoje?

É a pergunta que se coloca como inaugural e desencadeadora.

Parece-nos que já não alcançam certos conceitos, com os quais pensávamos e tentávamos decifrar o espaço institucional.

Não temos uma preocupação em derrubar os muros da instituição (anos 60) eles existem, estão aí e seria ingênuo pensar que podemos desconhecê-los.

Não nos comprometemos com um projeto de auto-gestão (anos 70); recentemente, na Espanha, as equipes da Saúde Mental discutiram que: encaminhar-se pela autogestão seria encarregar os técnicos e trabalhadores com responsabilidades e tarefas que são próprias de outras instâncias, Estados, fundações etc.

Sabemos que a instituição tem um discurso imaginário, uma vida fantasmática e uma dimensão instituinte; não se trata de negá-las, de não reconhecer que ela nos dificulta, nos trava e nos impede. A proposta é de uma recolocação da questão institucional para outro lugar.

Penso ser necessário questionar certos critérios, quando se fala em instituição, porque não nos referimos a um espaço que tem um contorno e uma dimensão únicos. A palavra nos remete ao social, ao grupal, coletivo e, fundamentalmente, à política.

A que social nos referimos? O social aparece como um discurso referido às mulheres, aos negros, às crianças abandonadas, enfim, a tudo aquilo que se faz resto, que não se integra à trama social ("tudo pelo social").

O social não é, hoje, representável, aparece opaco, silencioso, não dá resposta, não se configura como um movimento de massa, como uma cena reivindicatória, ou como um vínculo nomeável.

O social é impregnado pelos processos da mídia, impondo uma esfera intimista, cotidiana e doméstica, desconhecendo qualquer desafio da história ou da política.

Por outro lado, quando mencionamos os grupos que configuram esse social, não nos referimos a um espaço fechado, unitário, homogêneo. Os grupos hoje aparecem como um espaço cortado, fragmentado, onde a multiplicidade e a dispersão estão presentes como dimensão coletiva e, por isto, que não nos referimos ao grupo e sim ao coletivo, para distanciarmos de uma idéia de grupalidade, que não tem mais sentido aquilo de que: "Todos juntos sempre, unidos venceremos" - o coletivo é mais amplo, e nos diz da possibilidade da produção e do efeito, não estando referido ao ajuntamento de pessoas.

Com relação à política: Não podemos pensar hoje numa relação social mensurável, à partir de critérios como revolução, estado etc, que num momento foram origem de uma filosofia política. É uma ficção pensar que podemos religar, rejeitar e articular assim a soberania, o desejo da comunidade, Marx já nos dizia numa capacidade política proletária que não seria representável.

Teríamos que libertar a política de sua preocupação com o vínculo comunitário, a relação social etc. Chegamos, assim, a uma distinção segundo Badiou: o político, acorrentado ao social, nomeando laços, relações de produção, exploração, etc.

A política, na qual os fatos significativos não são da ordem da massividade, nem do vínculo "se trata de sintomas inomeáveis, de acontecimentos erráticos"¹

Significa dizer que nos distanciamos radicalmente da genealogia da representação, da idéia de uma essência interna aos agrupamentos que seriam representáveis.

"A Política só será pensável, livre da tirania do número".²

O número dos votantes, dos manifestantes, livre da tentativa de representar as vítimas, distante da idéia de "um" (estado-unidade) aquele lugar de fácil nomeação.

Como determinar este político que não se compromete nem com a idéia de estrutura pela inconsistência dos vínculos, nem com a idéia de sentido, processo da história, etc?

"O lugar onde se circunscreve a essência da política é o acontecimento".³

É esta a afirmação crucial de Badiou para nossa indagação.

O acontecimento é o que falta aos fatos, é o que marca a verdade dos fatos, longe da idéia de representação. O acontecimento é aquilo que deixa um resto, produto de uma interpretação, esta interpretação resgata o "dois da cisão", em oposição ao "um".

Nesta medida, é importante separar a questão política da violência do Estado, para que a relação entre ambos não se configure como um conflito de poder, como uma máquina de guerra.

Pensar que a política não foi anulada pela economia, e que se podem captar seus efeitos, onde se interrompe a comunicação, a linearidade do discurso estatal, "onde os laços sociais se dispersam em singularidades afirmativas".⁴

Um laço em que as estruturas estatal e institucional intentam manter de todas as formas, ainda que seja pela perseguição, pelo terror.

A consistência política seria dada pelo acontecimento, onde se enuncia o heterogêneo; trata-se de interromper a comunicação para que o impossível aconteça na sua historicidade"⁴.

É esta possibilidade do impossível, o fundamento de toda política; ela se paga além da simples repetição. É impossível, por exemplo, tratar certos grupos sociais como mercadorias usadas (negros, emigrantes, etc) não obstante, este impossível torna-se, hoje, nossa realidade e aparece como fundamento político.

A política está, hoje, suprimida da nossa realidade, ela não está presente nem na idéia de classe, nem de proletariado, nação etc. O que se faz sujeito em política, hoje permanece pelo momento inarticulável, este ponto irrepresentável faz um corte, produz uma interrupção na cadeia representativa; Badiou nos diz que todo pensamento dialético é, de início, interpretação e corte. Esta ruptura como a representação, nos diz de um procedimento onde a verdade circula sem ser representada; portanto, é assim que a capacidade política se faz presente nos emigrantes, nos negros, etc. Por esta razão, nos referimos à Polônia, por exemplo, um lugar onde a consistência política operária duradoura importa mais que a tomada de poder.

Na Polônia, a classe operária da fábrica é reconhecida como o pilar político daquilo que os Poloneses chamam "sociedade".

Assim, chegamos a um ponto onde não interessam mais as relações de força, as estratégias, táticas e ofensivas. Uma das novidades de Marx, foi a abolição da política como figura da violência, em torno à dominação, Marx nos apontou o desfalecimento da política, e o possível conteúdo de uma outra política (aspectos que diversas correntes políticas, como os marxistas, não quiseram compreender, permanecendo acorrentadas à questão organizacional).

Em síntese, o acontecimento é uma irrupção, onde o inadmissível torna-se o referente, a organização, assim, se processa, a partir do acontecimento, e não de um raciocínio construtivo, que somente exhibe um caso segundo uma lei. O não construtivo torna-se, assim, o elemento natural do processo político.

Podemos, então, a partir daqui, pensar a cena institucional com uma outra perspectiva: não mais colocando em funcionamento aquele modelo de estrutura, lutas pelo poder, estratégias de guerra, etc. A pergunta que hoje formulamos é se existe lugar na instituição para a política? Se é possível, no âmbito institucional, imprimir o registro do acontecimento?

Para isto teríamos que pensar que a instituição não é uma cena impreterivelmente amarrada às vicissitudes estatais. O acontecimento nela (instituição) nos diz de alguma coisa que tem a ver com seu momento inaugural: existiu esse instante, uma inquietação, um desejo, enfim. Se o "a" de acontecimento nos remete a um futuro anterior, podemos pensar que a impressão deste registro nos fala de qualquer coisa que foi singular, inaugural e próprio. Não se trata de permanecer imóveis pela fatalidade (uma lei determinada de cima para abaixo, etc) se o acontecimento está referido à interrupção, à dispersão, não podemos pensar a cena linearmente, construtivamente.

A instituição retoma sua consciência (porque em algum momento ela foi possível) quando o "a dois" se instala frente à tentativa violenta e organizadora de instaurar o "um", os laços, os lugares definidos, a nomeação.

E a possibilidade desse impossível o que a torna uma passagem aberta ao trânsito da política, esta última, como já nos alertou Marx, só se encontra acidentalmente.

* Psicóloga — analista institucional, professora da FCH-FUMEC, membro do CESIG — Centro de Sociolise Instituições e grupos, e atualmente faz mestrado em Filosofia pela UFMG.

Notas

- 1 — Badiou, Alain - *Peut-on penser la politique?* Ed. du Seuil, Paris outubro 1985. Pág. 53
- 2 — Idem. *Ibidem* — Pág. 60
- 3 — Idem. *Ibidem* — Pág. 69
- 4 — Idem. *Ibidem* — Pág. 85